

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO PARA OFERTA PÚBLICA DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA NACIONAL LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL

Pelo presente instrumento particular, como **EMISSIONA, NACIONAL LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL**, com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, à Av. Tamboré, 74 (parte), inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 43.711.746/0001-16, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, e como **AGENTE FIDUCIÁRIO, APOORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA**, com sede na cidade do São Paulo - SP, à Rua do Tesouro, 47 - 3º andar, inscrita no C.G.C./MF sob o nº 62.090.873/0001-90, neste ato representada na forma do seu Contrato Social, nomeado nesta Escritura e nela Interviente, representando a comunhão dos debenturistas adquirentes das debêntures objeto desta emissão, vêm por este e na melhor forma de direito, celebrar a presente escritura de emissão de debêntures, mediante as seguintes cláusulas, condições e características:

I - DA AUTORIZAÇÃO

A presente escritura é celebrada com base na autorização deliberada pela Assembleia Geral Extraordinária da **EMISSIONA** realizada em 23/02/1995, cuja ata será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo e publicada na forma estabelecida no item 10 da Cláusula IV.

II - DO REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

A emissão de debêntures será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante designada CVM, na forma das Leis nº. 6.385, de 07/12/1976 e nº. 6.404, de 15/12/1976, e demais disposições legais e regulamentares que se fizerem pertinentes.

III - DO REGISTRO DA PRESENTE ESCRITURA

A presente escritura de emissão será registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Barueri - SP.

IV - DA EMISSÃO

A emissão de debêntures observará as seguintes características :

1. PROCEDIMENTO DA DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA

Será adotado o procedimento diferenciado para a distribuição pública das debêntures, referido no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80.

2. MONTANTE DA EMISSÃO

O valor total da emissão será de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), na data de emissão.

3. QUANTIDADE DE TÍTULOS E VALOR NOMINAL UNITÁRIO

Serão emitidas 200.000 (duzentas mil) debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

4. SÉRIES

A Emissão será feita em duas séries, denominadas 1ª e 2ª, sendo ambas de 100.000 (cem mil) debêntures.

5. FORMA E CONVERTIBILIDADE

As debêntures de ambas as séries serão não conversíveis em ações, nominativas, não endossáveis.

6. DATA DE EMISSÃO

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures será o dia 01/03/1995.

7. ESPÉCIE

As debêntures desta emissão serão da espécie subordinada.

8. BASE DE REMUNERAÇÃO

As debêntures desta emissão farão jus a remuneração, a partir da data de emissão até o vencimento, calculada de acordo com a variação da TR - Taxa Referencial.

8.1. O valor da remuneração correspondente à variação acumulada da TR será capitalizado e acrescido ao valor nominal das debêntures e o valor assim obtido será considerado como base de remuneração para fins de cálculo de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta escritura, inclusive para efeito do pagamento das debêntures por ocasião da recompra, do resgate ou vencimento das debêntures.

8.2. Na hipótese de extinção ou congelamento da TR, ou se por qualquer motivo tornar-se impossível a sua utilização como base de remuneração, o parâmetro de remuneração que a substitua será automaticamente aplicável à emissão de que se trata. Caso não haja substituto oficial, a EMISSORA se obriga a adotar como base de remuneração o índice que vier a ser utilizado para a atualização dos contratos de arrendamento mercantil firmados em moeda nacional.

8.3. Se na data do vencimento da obrigação a taxa a ser aplicada não estiver disponível para o cálculo, este poderá ser efetuado pela taxa aplicada à obrigação do mês imediatamente

anterior. A diferença apurada quando da disponibilidade da taxa, acrescida dos encargos convencionados para a operação, será paga na data da apuração ou juntamente com o pagamento da obrigação subsequente.

9. NEGOCIAÇÃO

A emissão será registrada para negociação no mercado secundário, através do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizada pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 56/88.

10. PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA

Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados, na forma de avisos, no Jornal do Comércio e Diário do Comércio e Indústria, em prazos tais que permitam aos debenturistas o adequado acompanhamento das ocorrências na vida da debênture.

11. LOCAL DE PAGAMENTO

Os pagamentos referentes ao principal e rendimentos, a que fazem jus as debêntures desta emissão, serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pelo CETIP, ou na sede da **EMISSORA**, na hipótese do debenturista não estar vinculado a este sistema, ou ainda, em Instituição Financeira contratada para tal fim.

12. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

13. JUROS DE MORA

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1,0% (hum por cento) ao mês, além dos juros remuneratórios e prêmio, tal como estabelecido neste instrumento, calculados desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

14. DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS

Sem prejuízo do disposto no item anterior, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta escritura de emissão, não lhe dará o direito ao recebimento de juros ou prêmio no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

15. VENCIMENTO ANTECIPADO

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento pela **EMISSORA** das debêntures em circulação, do valor nominal acrescido de juros e prêmio calculados na forma da presente escritura, na ocorrência dos seguintes eventos:

- a) Protesto legítimo e reiterado de títulos contra a **EMISSORA**;
- b) Pedido de concordata preventiva formulado pela **EMISSORA**;
- c) Decretação de falência da **EMISSORA**;
- d) Falta de cumprimento pela **EMISSORA** de qualquer obrigação prevista nesta escritura, não sanada em 15 (quinze) dias, contados do aviso escrito enviado pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**; e
- e) Vencimento antecipado de qualquer dívida da **EMISSORA**, em razão de inadimplência contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da **EMISSORA**, prevista nesta escritura de emissão;

16. AQUISIÇÃO FACULTATIVA

A **EMISSORA** poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação, por preço não superior ao de seu valor nominal, observado o disposto no artigo 55 da Lei nº 6.404/76, sendo que nesta hipótese, os juros e prêmio devidos pela **EMISSORA**, serão acrescidos ao valor das debêntures adquiridas. As debêntures adquiridas pela **EMISSORA** poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da **EMISSORA**, ou ser novamente colocadas no mercado.

17. RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO:

As debêntures objeto desta emissão, por decisão do Conselho de Administração da **EMISSORA**, e mediante aviso prévio de 5 (cinco) dias úteis, poderão ser resgatadas, de forma total ou parcial, neste caso mediante sorteio, com pagamento do principal, juros e prêmio a que fizerem jus.

18. REPACTUAÇÃO

O Conselho de Administração da **EMISSORA** se reunirá previamente à data de cada repactuação para deliberar sobre o período de repactuação subsequente, os juros remuneratórios e prêmios, inclusive os de permanência, se julgar necessário, seus critérios e épocas de pagamento. As deliberações do Conselho de Administração da **EMISSORA** relativas a cada repactuação, serão publicadas pela **EMISSORA** até o 10º (décimo) dia que anteceder à data de repactuação.

19. AQUISIÇÃO OBRIGATÓRIA

A **EMISSORA** compromete-se a adquirir, pelo valor nominal, acrescido de juros e prêmio, se houver, nas datas de repactuação, a totalidade das debêntures em circulação relativas à presente emissão, à opção dos debenturistas que não aceitarem as condições das repactuações deliberadas pelo Conselho de Administração da **EMISSORA**. Caso o debenturista opte pela venda das debêntures à **EMISSORA**, deverá se habilitar no período compreendido entre o 10º (décimo) e o 5º (quinto) dia imediatamente anterior ao dia da repactuação, mediante o registro formal protocolado junto à prestadora de serviço de debenturistas ou junto à **EMISSORA**. As debêntures adquiridas pela **EMISSORA** poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da **EMISSORA**, ou ser novamente colocadas no mercado.

20. DELEGAÇÃO

Foi delegado ao Conselho de Administração da **EMISSORA** com referência às deliberações tomadas na Assembléia Geral Extraordinária referida na Cláusula I desta Escritura, poderes para a deliberação, no que se refere às características das debêntures da 2ª série, das matérias prescritas nos incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei nº. 6.404 de 15/12/76, bem como sobre a oportunidade de sua emissão.

V - DAS CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DAS DEBÊNTURES DA 1ª SÉRIE

1. QUANTIDADE DE TÍTULOS

Serão emitidas 100.000 (cem mil) debêntures da 1ª série, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais) na data de emissão.

2. MONTANTE DA 1ª SÉRIE

O montante da 1ª série será de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) na data da emissão.

3. DATA DE VENCIMENTO

As debêntures terão prazo de 6 (seis) anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 01/03/2001.

4. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO

O preço de subscrição das debêntures da 1ª série será o seu valor nominal, acrescido dos juros e do prêmio, conforme itens 5 e 6 desta cláusula, calculados de forma "pro-rata-tempore" da data de emissão até a data de subscrição. As debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição.

5. JUROS REMUNERATÓRIOS

As debêntures desta emissão farão jus à percepção de juros remuneratórios, a partir da data de emissão, capitalizados à base de 12 % (doze por cento) ao ano, considerado o ano de 365 dias. A parcela de juros remuneratórios será calculada exponencialmente por dias decorridos, incidindo sobre o valor pecuniário resultante do previsto no item 8.1 da Cláusula IV e será paga nas datas de repactuação.

6. PRÊMIO

As debêntures farão jus a um prêmio a ser pago na data de repactuação das debêntures, devendo prevalecer o que maior valor representar dentre os dois parâmetros descritos nos itens 6.1 e 6.2 a seguir:

6.1. O valor correspondente à capitalização do percentual de 4% (quatro por cento) ao ano, a partir da data de emissão, ou da última repactuação, considerado o ano de 365 dias, a ser acrescido linearmente aos juros remuneratórios, perfazendo uma remuneração total de 16% (dezesesseis por cento) ao ano, que incidirá sobre o valor pecuniário resultante do previsto no item 8.1 da Cláusula IV.

6.2. O valor correspondente à aplicação da taxa ANBID, obtido através da aplicação da seguinte fórmula:

$$P = \left(VN_1 \times Fn \right) - \left(VN_2 \times 1,12^{\frac{D}{365}} \right)$$

onde:

- P - é o valor do prêmio a ser pago por debênture, expresso em reais;
- VN1- é o valor nominal unitário na data de emissão;
- VN2 - é o valor nominal unitário calculado na forma do item 8.1 da Cláusula IV, na data da repactuação;
- D - é o número de dias decorridos desde a data de emissão até a data da repactuação, observado que para o primeiro período de repactuação $D = 365$; e,
- Fn - fator “n” de apuração do prêmio para cada debênture tendo por base o fator acumulado do resultado da aplicação das taxas e respectivos indexadores, se pós fixadas, divulgadas pela ANBID para depósitos bancários a prazo do tipo mais negociado, pré ou pós fixados, no “período de incidência da taxa de juros ANBID”.

Entende-se como “período de incidência da taxa de juros ANBID”, aquele que se inicia na data de emissão das debêntures e se encerra na data de repactuação e, como “sub-período de incidência de juros ANBID”, os prazos definidos de acordo com a taxa ANBID mais negociada no instante da definição do sub-período. Assim:

- a) o primeiro sub-período inicia-se na data de emissão das debêntures e termina no prazo definido pela taxa ANBID, pré ou pós fixada, mais negociada, apurada na data de emissão das debêntures;
- b) os sub-períodos seguintes são definidos apurando-se a taxa ANBID mais negociada no dia de vencimento do sub-período anterior e entendendo-se o prazo desta taxa como o do sub-período que se inicia;

- c) as taxas e os indexadores, se pós fixados, dos sub-períodos, são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério “pro-rata-tempore” se necessário, de forma a cobrir todo o “período de incidência de taxa de juros ANBID”.

7. REPACTUAÇÃO

Fica desde já definido que a data da primeira repactuação das debêntures da 1ª série será 29/02/96.

VI - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A **EMISSORA** está adicionalmente obrigada a:

1. Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

- 1.1) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, demonstrativos financeiros completos, relativos a esse exercício social;
- 1.2) imediatamente, qualquer informação disponível que lhe venha a ser solicitada;
- 1.3) as informações pertinentes à Instrução CVM nº 202/93, com a mesma periodicidade do envio destas informações à CVM.

2. Submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.

3. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus debenturistas as Demonstrações Financeiras previstas no art. 176 da Lei nº. 6.404/76

4. Manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das debêntures, ou contratar Instituições Financeiras autorizadas para que preste este serviço.

5. Não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por Lei, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento de juros e/ou principal das debêntures, objeto desta escritura;

VII- DO AGENTE FIDUCIÁRIO

A **EMISSORA** constitui e nomeia **AGENTE FIDUCIÁRIO** da emissão objeto desta escritura, **APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA** retro qualificada, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação, para, nos termos da lei e da presente escritura, representar perante a **EMISSORA**, a comunhão dos titulares das debêntures.

1. Declaração

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** dos debenturistas, nomeado na presente escritura, declara:

- a) Sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei no. 6.404, de 15.12.76, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28 de 23.11.83, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) Aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta escritura;
- c) Aceitar integralmente a presente escritura, todas as suas cláusulas e condições;

A **EMISSORA** também declara não ter qualquer ligação com o **AGENTE FIDUCIÁRIO** que o impeça exercer, plenamente, suas funções.

2. Remuneração

Será devido ao **AGENTE FIDUCIÁRIO** a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta escritura, uma remuneração paga da seguinte forma:

- a) 01(uma) parcela de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) paga na data da publicação do 1º (primeiro) anúncio de início de distribuição das debêntures, a título de implantação dos serviços;
- b) Parcelas anuais de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) vencíveis na mesma data dos anos posteriores.
- c) As parcelas dos itens "a" e "b" acima serão reajustadas pela variação acumulada do IPC-r (Índice de Preço ao Consumidor - série r), ou na falta deste, ou, ainda, na impossibilidade de sua utilização, pela TR - Taxa Referencial, a partir de 01/03/95 até a data de seu efetivo pagamento, calculadas "pro-rata" dia, se necessário, ou, se pagas após o vencimento, mediante a utilização do IPC-r do mês anterior, ou o índice que venha a substituí-lo.
- d) As remunerações não incluem as despesas com publicações, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de **AGENTE FIDUCIÁRIO**, a serem cobertas pela **EMISSORA**;
- e) Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o **AGENTE FIDUCIÁRIO** venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em Lei, ressarcidas pela **EMISSORA**. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, custas judiciais e taxas judiciárias nas ações propostas pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas.

f) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas na escritura de emissão;

g) As parcelas serão acrescidas dos seguintes Impostos: ISS (Impostos sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de integração social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

3. Substituição

Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, assembléia dos debenturistas para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 08 (oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá a EMISSORA efetuar-la.

Parágrafo Primeiro -

Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

Parágrafo Segundo -

É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das debêntures no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.

Parágrafo Terceiro -

A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23.11.83 e eventuais normas posteriores.

Parágrafo Quarto -

A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de aditamento à escritura de emissão, devendo o mesmo ser averbado no Registro de Imóveis no qual foi registrada a escritura de emissão.

Parágrafo Quinto -

O AGENTE FIDUCIÁRIO entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo

permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

Parágrafo Sexto -

Aplicam-se às hipóteses de substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** as normas e preceitos a respeito, baixados por ato da CVM.

4. Deveres do AGENTE FIDUCIÁRIO

Além de outros previstos em Lei ou em ato normativo da CVM e nesta escritura, constituem deveres e atribuições do **AGENTE FIDUCIÁRIO**:

- a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta escritura de emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, nos competentes órgãos, caso a **EMISSORA** não o faça, o registro desta escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, caso em que o oficial do registro notificará a administração da **EMISSORA** para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações das debêntures;
- h) solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, da Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da **EMISSORA**;
- i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na **EMISSORA**;
- j) convocar, quando necessário, a assembléia de debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a **EMISSORA** deva efetuar suas publicações, conforme disposto no item 10 da cláusula IV;
- k) comparecer à assembléia dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- l) elaborar o relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, letra "b", da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, pelo menos, as seguintes informações;

- 1.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela **EMISSORA** ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela **EMISSORA**;
 - 1.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - 1.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da **EMISSORA**, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - 1.4) posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado;
 - 1.5) resgate, amortização, repactuação e pagamento de juros e prêmio das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures pela **EMISSORA**;
 - 1.6) constituição e aplicação do fundo de amortização de debêntures, quando for o caso;
 - 1.7) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da **EMISSORA**;
 - 1.8) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - 1.9) cumprimento de outras obrigações assumidas pela **EMISSORA** neste instrumento;
 - 1.10) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de **AGENTE FIDUCIÁRIO**; e,
- m) colocar o relatório de que trata o item anterior à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da **EMISSORA**, ao menos nos seguintes locais;
- m.1) na sede da **EMISSORA**;
 - m.2) no escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
 - m.3) na CVM;
 - m.4) nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e
 - m.5) nas instituições financeiras que liderarem a colocação das debêntures.
- n) publicar, nos órgãos de imprensa em que a **EMISSORA** deva efetuar suas publicações, conforme disposto no item 10 da cláusula IV, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea "m" acima;
- o) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante inclusive, gestões junto à **EMISSORA**;
- p) coordenar o sorteio das debêntures a serem resgatadas parcialmente;
- q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes deste instrumento, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- r) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento pela **EMISSORA** de obrigações assumidas na presente escritura, indicando o local em que fornecerá aos

interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deverá ser enviada:

- r.1) à CVM;
- r.2) às Bolsas de Valores, quando for o caso;
- r.3) ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de instituição por ele autorizada a funcionar.

5. Atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a **EMISSORA** ou terceiros coobrigados, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da **EMISSORA**:

- a) Declarar, observadas as condições da presente escritura, antecipadamente vencidas as debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) Tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos debenturistas;
- c) Requerer a falência da **EMISSORA**;
- d) Representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da **EMISSORA**.

Parágrafo Primeiro -

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** poderá exercer a atribuição prevista na letra "a" acima, na ocorrência do inadimplemento de qualquer obrigação proveniente da presente escritura.

Parágrafo Segundo -

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "c" do Caput deste item se, convocada a assembléia dos debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das debêntures em circulação, bastando porém a deliberação da maioria dos titulares das debêntures em circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea "d" do Caput deste item.

6. Despesas do AGENTE FIDUCIÁRIO

O crédito do **AGENTE FIDUCIÁRIO** por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenham sido saldados na forma do parágrafo primeiro, será acrescido à dívida da **EMISSORA** e gozará das mesmas garantias das debêntures, se for o caso, preferindo a estas na ordem de pagamento.

VIII - DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

Os titulares das debêntures de cada uma das séries desta emissão poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia, a fim de deliberarem sobre qualquer matéria de interesse da comunhão dos debenturistas de cada uma das séries;

Parágrafo Primeiro - A assembléia dos debenturistas poderá ser convocada pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, pela **EMISSORA**, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) dos títulos em circulação, ou pela CVM;

Parágrafo Segundo - Aplicam-se à assembléia de debenturistas, no que couber, as regras estabelecidas na Lei nº 6404/76 para a assembléia geral dos acionistas da **EMISSORA**.

Parágrafo Terceiro - A presidência da assembléia caberá ao debenturista eleito pelos titulares das debêntures ou àquele que for designado pela CVM;

Parágrafo Quarto - Em qualquer caso o **AGENTE FIDUCIÁRIO** comparecerá a assembléia dos debenturistas, prestando-lhes as informações que lhe forem solicitadas;

Parágrafo Quinto - A assembléia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação e, em segunda convocação com qualquer número.

Parágrafo Sexto - Nas deliberações da assembléia cada debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não.

Parágrafo Sétimo - Quaisquer modificações nas condições das debêntures, objeto da presente escritura, dependerão da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação.

Parágrafo Oitavo - Para efeito da constituição do quorum a que se refere o parágrafo anterior, serão excluídas do número de debêntures em circulação, as pertencentes à **EMISSORA**.

IX - DO FORO

O Foro da presente escritura será o da Cidade de Barueri - SP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta escritura.

E por estarem justos e contratados, assinam a presente em 04 (quatro) vias de igual teor e forma e para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também a assinam.

Barueri - SP, de de 1995.

EMISSIONA:

**NACIONAL LEASING S.A. ARRENDAMENTO
MERCANTIL**

AGENTE FIDUCIÁRIO:

**APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS LTDA**

TESTEMUNHAS:

1) _____
Nome:
CPF:
RG:

2) _____
Nome:
CPF:
RG: